

O Guia

Breves orientações para jornalistas, blogueiros e comunicadores em geral

Como falar sobre deficiência

Um manual para profissionais da comunicação

Segundo a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)*, da Organização das Nações Unidas (ONU):

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

O Brasil é signatário dessa Convenção, que nos termos do §3º do art.5º da Constituição Federal, tem status de emenda constitucional. Assim, atualmente, toda lei brasileira que se opuser ao que dispõe a Convenção deve ser considerada inconstitucional e ser excluída de nosso ordenamento jurídico.



SEM PORTADOR

Da mesma forma, expressões como “portador de deficiência física”, “pessoas portadoras de necessidades especiais” ou “pessoa portadora de deficiência” também caíram em desuso. O mesmo vale para “pessoa deficiente”, “incapacitado”, “excepcionais”, “deficiente” etc.

SEM NECESSIDADES ESPECIAIS

Outro termo não se usa mais é “pessoa com necessidades especiais”. Esta expressão está em desuso, assim como “pessoa portadora de necessidades especiais”.

COM DEFICIÊNCIA

A expressão mais apropriada e aceita

pelos especialistas e pelos movimentos sociais em todo o mundo é “pessoa com deficiência” e construções semelhantes, como “trabalhadores com deficiência”, “alunos com deficiência”, “parlamentares com deficiência”, etc.

O termo é o que consta do texto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU), o mais moderno documento sobre o assunto, e que ingressou no Brasil com força de Constituição, como já dito.

Cabe lembrar que a expressão “pessoa com deficiência” se refere não às pessoas com deficiência física, apenas, mas a todas as pessoas que têm algum tipo de deficiência (física, sensorial, intelectual e múltipla).

Expressões

Sem portador e sem necessidades especiais

Deficiência não é doença. Deve-se evitar tratar as pessoas com deficiência como se elas fossem doentes e precisassem ser curadas.

Como qualquer outra pessoa, as que tem deficiência, ocasionalmente, adoecem, adoecem, e na maior parte do tempo se encontram saudáveis.

Bom senso

Como evitar termos inadequados ou pejorativos

Referir-se de forma adequada a pessoas ou grupo de pessoas é de fundamental importância para enfrentar preconceitos, estereótipos e promover igualdades. No que se refere às “pessoas com deficiência” isso não é diferente.

Como ocorre com as demais pessoas, estar doente não é seu estado permanente.

Deputada Federal

Rosinha da Adefal

Uma vida pela inclusão social



DEPUTADA FEDERAL ROSINHA DA ADEFAL

Como falar sobre deficiência

Um manual para profissionais da comunicação

**Brasília/DF
Dezembro/2013**

Rosinha da Adefal
Concepção e Coordenação Geral
dep.rosinhadaadefal@camara.leg.br

Rita de Cássia Tenório Mendonça
Organização e Pesquisa Jurídica
ritarita2000@gmail.com

Cícero Roberto Chagas de Omena
Organização e Pesquisa Jurídica
Concepção da capa
crcomena@gmail.com

Marta Almeida Gil
Revisão
martaalmeidagil@gmail.com

Luiz Carlos Lopes Filho
Projeto Gráfico e Diagramação
luizcarlos.lopes@camara.leg.br

Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos
das Pessoas com Deficiência (FrentePcD)
Apoio

Amankay – Instituto de Estudos e Pesquisas
Apoio
amankay@amankay.org.br

Instituto Guerreiros da Inclusão (IGI)
Apoio
guerreirosdainclusao@guerreirosdainclusao.org

Organização de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef)
Apoio
novaonedef@gmail.com

SUMÁRIO_____

Apresentação.....	5
Terminologia.....	10
O que é deficiência.....	10
Sem portador.....	11
Sem necessidades especiais.....	11
Com deficiência.....	11
Não é doença.....	12
Comparações anormais.....	12
Cadeirante.....	13
Deficiência visual.....	13
Deficiência física.....	13
Deficiência intelectual.....	14
Deficiência auditiva.....	14
Baixa visão.....	15
Deficiente não.....	15
Muletante.....	16
Pessoa com surdocegueira.....	16
Hanseníase.....	17
Síndrome de <i>down</i>	17
Paraplégico e tetraplégico.....	18
Órtese ou prótese.....	18
Fanho não existe.....	18
Leporino?.....	19
Nanismo.....	19

Lei de cotas.....	20
Desenho universal.....	21
Responsabilidade social.....	21
Ação afirmativa.....	22
Minoria.....	22
Educação inclusiva.....	23
Tecnologia assistiva.....	24
BPC-loas.....	25
Siglas e abreviações.....	26
Construções equivocadas.....	26
Juízo de valor.....	28
Mal humorado?.....	28
Down não é doença.....	29
Lição de vida e superação.....	30
Duplo preconceito.....	30
Mais equívocos.....	31
O que é notícia.....	34
Contextualização.....	34
Currículo.....	35
Ideia falsa.....	36
Como tratar uma pessoa com deficiência.....	36
Estatísticas.....	41
Datas significativas.....	43
Referência bilbiográficas.....	45

APRESENTAÇÃO _____

Foi com muita satisfação que iniciei este projeto e me dediquei à sua realização nos últimos dois anos, coordenando um grupo de pessoas que igual a mim tem o objetivo de contribuir efetivamente para a promoção da igualdade e do respeito às diferenças.

Trata-se de um manual dedicado aos profissionais da comunicação cujo objetivo é desmistificar os temas relacionados às pessoas com deficiência.

Nosso compromisso foi desenvolver uma linguagem simples, sem seguir regras, como se fosse uma agradável conversa entre amigos, e que desse conta das situações que um profissional da comunicação possa se deparar em sua vida profissional, com relação ao tema deficiência.

Não obstante a felicidade que me invade ao ver, cada vez com mais frequência, a presença das pessoas com deficiência nas notícias veiculadas em todo país, ainda me incomoda que muitos desses espaços de mídia trabalhem o tema utilizando termos ultrapassados, estatísticas desatualizadas e até

mesmo expressões que hoje são tidas por preconceituosas.

Calma! Não há porque sentir culpa!

Afinal, muito embora a deficiência seja uma condição que sempre acompanhou a história da humanidade, ela sempre foi negada e silenciada.

Lamentavelmente, nem mesmo os cursos de graduação costumam preparar os futuros profissionais para lidar com o tema.

A falta de acessibilidade em nossas cidades também faz com que seja rara a presença das pessoas com deficiência em espaços públicos e de uso público, o que mais distancia o assunto.

Desde os dois anos de idade, tenho deficiência física em razão de sequelas de poliomielite. Não me lembro da vida de outra maneira. Mas isso nunca foi limite para os meus sonhos.

Por uma benção, sempre fui estimulada a superar as adversidades, de forma que ainda adolescente já ingressava nos Movimentos de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, onde permaneço até hoje, em minha luta pessoal e na luta pelo direito de todos os que, como eu, necessitam de acessibilidade para

exercerem sua cidadania plena e experimentarem uma existência satisfatória e digna, com autonomia e independência.

Ingressei na vida política em 2008, sendo eleita vereadora em 2009 por Maceió/AL.

Em 2010 fui eleita deputada federal e iniciei meu mandato em 2011, onde venho buscando fazer diferença no que se refere à defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

E nessa luta por espaços na vida pública e política não venho dando outra alternativa ao Poder Legislativo Federal, a não ser a de realizar mudanças substanciais em sua arquitetura, rotina, forma de comunicação e até mesmo promovendo profundas mudanças de comportamento dos que integram esta Casa.

Isso, além dos diversos projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, audiências públicas, requerimentos de informação, indicações aos Ministérios e demais proposições que incansavelmente venho apresentando em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Coerente com esta luta, que é a principal bandeira de meu mandato, é que idealizei este manual, para o qual

imediatamente arregimentei Guerreiros, que se propuseram a me acompanhar neste projeto em prol da inclusão.

Desejo que cada um dos exemplares publicados caia exatamente na mão de quem precisa ser despertado para fazer diferença nesta luta pela inclusão social, pelo combate à discriminação, pela realização da igualdade e respeito às diferenças.

Este manual tem compromisso com a acessibilidade e está disponível não somente na versão impressa, mas também em PDF e H T M L , n o m e u s i t e www.rosinhadaadefal.com.br, podendo ser divulgado e reproduzido, desde que respeitada a autoria e citada a fonte.

A versão em HTML, reconhecida pelos programas operacionais assistivos, permite a edição para ampliação de caracteres, impressão em braile, utilização por *softwares* leitores de tela, etc.

Nosso objetivo maior é apresentar informações simplificadas, e de consulta rápida, que definitivamente contribuam para a inclusão social, quebrando-se o estigma e mostrando que nós, pessoas com deficiência, também somos capazes, felizes e ávidos por contribuir para a realização da justiça social,

para o crescimento de nossa economia e para garantir uma existência mais digna e de realização para TODOS.

Um forte abraço e uma boa leitura.

A stylized, handwritten signature in black ink, featuring a large initial 'R' and a long horizontal stroke extending to the right.

Rosinha da Adefal

TERMINOLOGIA

Referir-se de forma adequada a pessoas ou grupo de pessoas é de fundamental importância para enfrentar preconceitos, estereótipos e promover igualdades. No que se refere às “pessoas com deficiência” isso não é diferente.

Termos como “inválido”, “aleijado”, “defeituoso” etc., têm conotação pejorativa de juízo de valor. Apesar de terem sido bastante usadas no passado, essas palavras foram abolidas do vocabulário do movimento de inclusão social das pessoas com deficiência.

Os termos legitimam as conquistas!

Evite, portanto, construções como esta:

TST usa regra favorável a trabalhador inválido.

Troque por:

TST usa regra favorável a trabalhador com deficiência.

O QUE É DEFICIÊNCIA

Segundo a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)*, da Organização das Nações Unidas (ONU):

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

O Brasil é signatário dessa Convenção, que nos termos do §3º do art.5º da Constituição Federal, tem status de emenda constitucional. Assim, atualmente, toda lei brasileira que se

opuser ao que dispõe a Convenção deve ser considerada inconstitucional e ser excluída de nosso ordenamento jurídico.

SEM PORTADOR

Da mesma forma, expressões como “portador de deficiência física”, “pessoas portadoras de necessidades especiais” ou “pessoa portadora de deficiência” também caíram em desuso. O mesmo vale para “pessoa deficiente”, “incapacitado”, “excepcionais”, “deficiente” etc.

Apesar de a Constituição Federal e outras leis falarem em “pessoa portadora de deficiência”, construções como essa devem ficar restritas a transcrições de textos de lei e citações jurídicas, para que se respeite a redação original, pois esse era o termo utilizado na época.

Diversos projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e outras proposições tramitam no Congresso Nacional com o objetivo de atualizar a nossa legislação no que se refere à terminologia.

SEM NECESSIDADES ESPECIAIS

Outro termo não se usa mais é “pessoa com necessidades especiais”. Esta expressão está em desuso, assim como “pessoa portadora de necessidades especiais”.

COM DEFICIÊNCIA

A expressão mais apropriada e aceita pelos especialistas e pelos movimentos sociais em todo o mundo é “pessoa com deficiência” e construções semelhantes, como “trabalhadores com deficiência”, “alunos com deficiência”, “parlamentares com deficiência”, etc.

É assim que as pessoas com deficiência preferem ser tratadas, em todos os idiomas.

O termo é o que consta do texto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU), o mais moderno documento sobre o assunto, e que ingressou no Brasil com força de Constituição, como já dito.

Cabe lembrar que a expressão “pessoa com deficiência” se refere não às pessoas com deficiência física, apenas, mas a todas as pessoas que têm algum tipo de deficiência (física, sensorial, intelectual e múltipla).

NÃO É DOENÇA

Deficiência não é doença. Deve-se evitar tratar as pessoas com deficiência como se elas fossem doentes e precisassem ser curadas.

Como qualquer outra pessoa, as que tem deficiência, ocasionalmente, adoecem, e na maior parte do tempo se encontram saudáveis. Como ocorre com as demais pessoas, estar doente não é seu estado permanente.

COMPARAÇÕES ANORMAIS

Veja essa construção:

Apesar de ser uma pessoa normal, concorreu às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

Cuidado com as comparações ao relacionar pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência. Evite classificar umas

como “normais”, pois isso significa considerar as outras “anormais”.

O conceito de normalidade é complexo e bastante questionável.

“De perto, ninguém, é normal”, já disse o cantor e compositor Caetano Veloso.

CADEIRANTE

A pessoa com deficiência que se utiliza de cadeira de rodas para locomoção é chamada de “cadeirante”. O neologismo já faz parte do Vocabulo Ortográfico da Língua Portuguesa. Deve-se, portanto, evitar outros termos, como paralítico, inválido ou doente.

Também pode ser usado o termo “usuário de cadeira de rodas”.

DEFICIÊNCIA VISUAL

Uma pessoa cega não deve ser tratada por “ceguinho” ou “ceguinha”. O diminutivo denota desvalor e incompletude. Prefira a expressão “pessoa com deficiência visual” ou simplesmente “cego”. Lembrando que nem toda pessoa com deficiência visual é cega. Muitas possuem resíduo de visão ou baixa visão.

DEFICIÊNCIA FÍSICA

Como já assinalado, termos como “aleijado”, “inválido” ou “defeituoso” não são mais aceitos para designar uma *pessoa com deficiência física*.

Também não é recomendável a utilização da expressão “deficiente físico”, e sim pessoa com deficiência física.

Evidenciamos que há vários tipos de deficiência, que não se limitam as físicas.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Desde 2004, a Organização Mundial de Saúde (OMS) substituiu o termo “deficiência mental” por “deficiência intelectual”. Assim, escreva ou fale “pessoa com deficiência intelectual” e não mais “pessoa com deficiência mental”.

A mente, o cérebro da pessoa com deficiência intelectual é igual ao de uma pessoa que não tem deficiência. O que muda é sua forma de captar e interpretar as coisas; sua forma de raciocinar. A deficiência, portanto, é cognitiva.

Evite também termos como “retardo mental”, “mentalmente retardado” ou “retardamento mental”.

Atualmente, é comum que pessoas com deficiência intelectual, como é a síndrome de *down*, frequentem as classes escolares correspondentes à sua idade, comprovando que a deficiência, em verdade, é da estrutura de ensino, que não pode ser estanque e padronizada, priorizando a forma, em detrimento das potencialidades das pessoas.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

As expressões aceitas são “pessoa com deficiência auditiva”, “pessoa surda” ou “surdo”. Devem-se evitar, portanto, termos como “surdinho” ou até mesmo “surdo-mudo”.

A rigor, as pessoas surdas não falam nossa língua

porque não conseguem escutar para aprender pela repetição, mas seu aparelho fonador, em geral, está em perfeitas condições.

Além disso, elas falam, sim! A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada, por lei, uma língua oficial para o Brasil, assim como o ocorre com o Português.

Ela é falada por um número bem menor de brasileiros, mas igualmente à Língua Portuguesa é língua oficial de nosso país.

BAIXA VISÃO

Não existem pessoas “parcialmente cegas”. Devemos usar como ponto de partida a potencialidade; e não a limitação.

Ao referir-se a alguém com perda de visão parcial, o correto é dizer “pessoa com deficiência visual parcial” ou “pessoa com baixa visão”. Deve evitar também expressões do tipo: “cegueira parcial”, “cegueira total”, “totalmente cego” etc.

DEFICIENTE NÃO

Evite utilizar o termo “deficiente”. Chamar alguém assim passa a ideia de que a deficiência está presente nessa pessoa inteira, como se sua existência fosse um erro, como se sua vida fosse um rascunho e de menor significado.

A deficiência está em um determinado sentido, membro ou função; não na pessoa toda.

A pessoa não pode ser reduzida à sua deficiência, quando há muito mais dela a se conhecer e evidenciar.

Prefira, portanto, a expressão “pessoa com deficiência”, que sugere que a pessoa tem alguma ou algumas limitações, a serem compensadas com soluções em acessibilidade e com o uso de tecnologias.

MULETANTE

Coloquialmente o termo “muletante” já vem sendo utilizado para se referir a pessoas que utilizam de muletas para se locomover.

No entanto, a expressão ainda não integra oficialmente o nosso vernáculo, sendo mais aconselhável “usuário de muletas” ou, simplesmente, “ele usa muletas”.

PESSOA COM SURDOCEGUEIRA

Desde a década de 1990 a grafia aceita e utilizada pela maioria dos especialistas e pelos ativistas, mundialmente, é “surdocegueira”.

A utilização da palavra única quer evidenciar que esta deficiência traz para a pessoa dificuldades que vão além de se ser apenas cego e surdo.

O termo hifenizado “surdo-cego” nos dá a impressão de uma dupla perda; de uma adição das dificuldades enfrentadas por cada uma dessas condições que estariam acometendo a mesma pessoa.

“Surdocegueira”, sem hífen, nos remete a verdadeira condição da pessoa que enfrenta de forma multiplicada – e não apenas somadas – as dificuldades a serem enfrentadas para que de fato experimente uma existência digna e satisfatória.

Devemos evitar nos referir à pessoa como “surdocega”, da mesma forma que orientamos evitar chamar a pessoa de “deficiente”.

Como dito, é que a pessoa tem uma deficiência em um determinado sentido, membro ou função. Dizer que a pessoa é deficiente dá conotação que tudo nela está errado e defeituoso, intensificando a discriminação.

E por essa mesma razão, de superação dos preconceitos e estereótipos, orientamos que se denomine “pessoa com surdocegueira”.

HANSENÍASE

Não se utiliza termos como “leproso” ou “doente de lepra” para se referir a uma pessoa com hanseníase. O correto é “pessoa com hanseníase” ou “hanseniano”. Também está descartada a expressão “doente de hanseníase”.

Aliás, lei federal proíbe a utilização do termo lepra e seus derivados em documentos oficiais, dada a carga de preconceito e exclusão dessas palavras.

SÍNDROME DE *DOWN*

Parece inacreditável, mas ainda há pessoas que utilizam o termo “mongolóide” para se referir a alguém com síndrome de *down*.

Essa expressão foi cunhada pela comunidade científica de séculos atrás, em razão dos traços fisionômicos da pessoa com *down*, notadamente pelo fato do formato dos seus olhos se assemelharem aos do povo da Mongólia.

Mas esta expressão está completamente ultrapassada, pois além de externar preconceito com as pessoas com síndrome de *down*, também reforça arraigado preconceito de raça contra o povo da Mongólia.

Se refira a “pessoa com síndrome de *down*”. Assim, com inicial minúscula e itálico, por se tratar de palavra em outra língua.

O termo *down* diz respeito ao médico inglês, que identificou as características da síndrome em 1866.

PARAPLÉGICO E TETRAPLÉGICO

Prefira os termos “paraplégico” e “tetraplégico” aos termos “paralítico”, “inválido”, “incapaz” ou “entrevado”.

ÓRTESE ou PRÓTESE

Órtese é um dispositivo de uso externo, provisório ou não, cuja finalidade é prevenir, corrigir ou melhorar a mobilidade e a convivência da pessoa com as limitações decorrentes da deficiência. É o caso, por exemplo, de muletas, bengalas, coletes, palmilhas, etc.

As próteses, por sua vez, são objetos ou equipamentos destinados a substituir membros e órgãos. A substituição pode ser total ou parcial. Dentadura, marca-passo, perna mecânica, braço biônico, são alguns exemplos de próteses.

FANHO NÃO EXISTE

A fala nasalada que muitas pessoas apresentam é decorrente, na maioria das vezes, de uma fissura no palato (céu

da boca). Por isso, em vez de dizer que alguém é “fanho”, diga que a pessoa tem fissura palatal.

LEPORINO?

A fissura na região dos lábios ou palato é chamada cientificamente de fissura labiopalatal. Esse termo é preferível a “lábio leporino”, que é um termo da linguagem popular e traduz um olhar preconceituoso.

Leporino é um adjetivo que se refere ao focinho da lebre. Assim uma pessoa com essa deficiência é uma pessoa com fissura labiopalatal ou simplesmente pessoa com fissura labial.

NANISMO

As palavras “anão” e “anã” assumiram, com o tempo, sentido pejorativo, haja vista os inúmeros preconceitos com essas pessoas.

Basta ver expressões como “anão de circo”, utilizada de forma depreciativa, como nesta chamada de um grande sítio esportivo da Internet:

(...) pede atenção aos zagueiros citando anões de circo.

A expressão mais apropriada, portanto, para se referir a alguém com baixa estatura (menos de 1,45m, quando homens, e menos de 1,40m, quando mulheres) é **pessoa com nanismo**.

Acondroplasia é o tipo mais comum de nanismo, mas não abrange todas as pessoas nesta condição. Então, o termo não deve ser usado em substituição à nanismo de forma indiscriminada, pois seria um equívoco.

No Brasil, o nanismo é considerado uma deficiência (Lei n.º 5.296/2004).

LEI DE COTAS

A Lei 8.213/91 – o Plano de Benefícios da Previdência Social – em seu art. 93 estabelece percentual de trabalhadores com deficiência que devem ser contratado pelas empresas com cem ou mais empregados. Esse percentual varia de 2% a 5% (ver quadro ao abaixo), a depender do número de empregados existentes na empresa.

Dada sua importância para as pessoas com deficiência, este artigo é conhecido como “Lei de Cotas” para pessoas com deficiência.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	COTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
De 100 a 200	2%
De 201 a 500	3%
De 501 a 1000	4%
Acima de 1000	5%

DESENHO UNIVERSAL

Desenho universal é um conceito que busca criar produtos e ambientes acessíveis a toda e qualquer pessoa, seja ela uma pessoa com ou sem deficiência. A ideia, portanto, não é criar produtos e serviços exclusivos para pessoas com deficiência, mas permitir que espaços e objetos sejam compartilhados por todos – ou pelo maior número possível de pessoas, indistintamente.

Os sanitários de um aeroporto, por exemplo, podem ser construídos de tal forma que qualquer um pode utilizá-los, seja uma pessoa sem deficiência, uma pessoa com nanismo, uma pessoa em cadeira de rodas, uma pessoa ostomizada, ou simplesmente alguém empurrando um carrinho de bebê, portando compras ou malas (neste caso, o termo correto é “portar”). Obviamente observando a diferença de gêneros. Mas sem criar um WC apenas para pessoas com deficiência.

Esses conceitos vão desde portas mais largas, que abrem por meio de sensores eletrônicos, até camas mais baixa que facilitam o levantar-se, passando por poltronas mais largas em cinemas e teatros, a criação de símbolos em alto relevo, os avisos sonoros, o formato intuitivo dos utensílios a disposição do mobiliário, etc.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo o Instituto Ethos, “responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social”.

Responsabilidade social, portanto, não é apenas cuidar do meio ambiente. A empresa socialmente responsável tem o

foco no bem-estar da sociedade como um todo, e em todos os aspectos.

Exercer sua responsabilidade social não significa, tão-somente, cumprir a lei. O cumprimento da lei é obrigação. É conduzir-se para além da lei, e sempre em benefício de uma melhor qualidade de vida e da dignidade das pessoas.

AÇÃO AFIRMATIVA

Pode parecer estranho, mas uma das formas de promover a igualdade é tratar desigualmente quem é desigual. Essa particularidade já era percebida pelo filósofo Aristóteles, e no Brasil foi defendida pelo jurista Rui Barbosa.

As cotas sociais estão dentro desse princípio. Na sociedade, existem grupos de pessoas em desvantagem que precisam desse reforço para compensar a desvantagem social que experimentam há várias gerações.

De caráter público ou privado, facultativas ou obrigatórias, as ações afirmativas pretendem combater a segregação, a discriminação e o preconceito. A cota para pessoas com deficiência em empresas com cem ou mais empregados é um bom exemplo disso.

MINORIA

No Brasil, o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 45,6 milhões de brasileiros vivem com uma deficiência ou algum tipo de impedimento.

Em razão do envelhecimento da população, além da violência social, do trânsito, dos acidentes de trabalho e de

outros tipos (como esportes radicais, por exemplo), esse número não para de crescer.

Chamar de minoria todo esse contingente parece contraditório, razão pela qual a melhor expressão para se referir às pessoas com deficiência, como um todo, é “grupo em desvantagem social”.

Esqueça o termo “minoria” para se referir às pessoas com deficiência.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O princípio da Educação Inclusiva é o de evitar segregação e inserir todos os alunos, com ou sem deficiência, no sistema regular de ensino. Busca-se, dessa forma, evitar salas de aula ou escolas especiais apenas para atender as crianças com deficiência.

Pela Educação Inclusiva, as crianças dividem o mesmo espaço de aprendizagem e convivência, respeitando-se a especificidade de cada grupo.

O que se deseja é que a partir da convivência natural com as diferenças, desde tenra idade, as futuras gerações sejam menos preconceituosas e excludentes.

Também há benefícios ligados ao processo de aprendizagem: ao tornar os conceitos mais concretos, por meio do uso de recursos pedagógicos e estratégias de ensino diferenciadas, todos os alunos apreendem melhor os conceitos, e a qualidade do ensino aumenta.

TECNOLOGIA ASSISTIVA

O termo “assistivo” é um neologismo. Assistir significa, entre outras coisas, ajudar, auxiliar.

“Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Comitê de Ajudas Técnicas).

Assim, “tecnologia assistiva” diz respeito a produtos e procedimentos que ajudam pessoas com deficiência a ampliar suas capacidades e a minimizar suas limitações.

Bengalas, rampas, sintetizadores de voz, óculos, lupas, pernas mecânicas, impressoras em braile, talheres modificados, veículos adaptados e todo tipo de órtese e prótese são exemplos de tecnologia assistiva.

BPC-LOAS

Muitos idosos e pessoas com deficiência recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), cujo objetivo é garantir que essas pessoas tenham “condições mínimas de uma vida digna”.

Esse direito está previsto na Constituição Federal e é um benefício da Assistência Social que é devido a todos que dele necessitem. Não depende de já se ter trabalhado, e nem de ser filiado a um regime de previdência.

Embora o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) se encarregue das medidas práticas para sua concessão, não se trata de aposentadoria e nem é mantido pela Previdência Social.

Tampouco é concedido sem mais critérios. Os beneficiados têm que atender a requisitos que ele tem de demonstrar que não pode se manter e nem ser mantido pelos seus familiares.

É importante destacarmos que o BPC não é vitalício e nem se transfere para os dependentes.

Atualmente o Governo Federal possui duas ações que envolvem diversos Ministérios, Estados e Municípios em prol da inclusão da pessoa com deficiência, beneficiária do BPC, na escola e no mercado de trabalho, para que ela não se perpetue recebendo o benefício sem que experimente, de fato, mudanças significativas em sua vida.

O Programa BPC na Escola tem o objetivo de monitorar e avaliar o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola, até 18 anos, por meio da articulação das políticas

de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, para desenvolver sua autonomia, participação social e emancipação.

Já o Programa BPC Trabalho, promove o acesso das pessoas com deficiência, preferencialmente entre 16 e 45 anos, à qualificação profissional e ao trabalho, como formas de estimular o seu protagonismo e participação social por meio da superação de barreiras, promoção da autonomia, acesso à rede socioassistencial e demais políticas de qualificação para o mundo do trabalho.

SIGLAS E ABREVIACÕES

Sempre que possível, evite utilizar siglas ou abreviações para se referir às pessoas com deficiência. Mas, caso seja realmente necessário, a sigla adequada é “PcD” (Pessoa com Deficiência), com o “c” minúsculo. Esta sigla é invariável em número. Portanto, escreve-se “a PcD”, “as PcD”, “da PcD”, “das PcD”, “de PcD”.

Essa é a única sigla possível, e pode ser utilizada em textos jornalísticos, em textos coloquiais, em quadros estatísticos etc., por economia de espaço.

Outras como PPD (Pessoa Portadora de Deficiência” ou PPNE (Pessoa Portadora de necessidades Especiais) são inapropriadas e em desuso, pois são termos não mais utilizados, como mencionado.

CONSTRUÇÕES EQUIVOCADAS

Infelizmente, ainda encontramos na mídia em geral abordagens inadequadas, estigmatizantes, depreciativas e até mesmo discriminatórias sobre as pessoas com deficiência.

Veja esses trechos extraídos de jornais:

PRISÃO

***Presa** a uma cadeira de rodas, dona Solange não se deu por vencida e criou o único maracatu de 'baque parado' do estado.*

As pessoas não ficam presas nem confinadas a cadeiras de rodas. A cadeira de rodas é apenas uma ajuda que facilita a locomoção, não uma prisão em si. Pelo contrário, é um instrumento de independência e libertação.

TREVAS

Do mesmo modo, ninguém fica “entrevado” em uma cama. Etimologicamente entrevar significa, entre outras coisas, “cobrir de trevas”. Certo, também significa “tolher os movimentos”, mas soa pejorativo.

Em vez de dizer que alguém “está entrevado em uma cama”, diga que ele ficou, por exemplo, com “deficiência múltipla”, “tetraplégico”, enfim, destacando a causa que o deixou nesta condição.

VITIMIZAÇÃO

***Vítima** de deficiência visual depois de moça, essa mulher...*

Em vez de dizer “vítima de”, diga “pessoa com”. Corrija o trecho acima para:

***Com deficiência visual desde moça, essa mulher... Ou
Cega desde de moça, essa mulher...***

JUÍZO DE VALOR

Veja esta outra frase, retirada do site de uma grande emissora de televisão brasileira:

*... Ricardo Molares, que **mesmo sendo uma pessoa com deficiência**, trabalha há mais de 20 anos vendendo balas no cruzamento...*

Construções como essa revelam um juízo de valor negativo. Sugerem que as pessoas com deficiência são, em geral, incapazes de ter uma vida independente, de trabalharem e de ascenderem social e economicamente, o que não é verdade.

MAL HUMORADO?

Há frases que trazem preconceitos disfarçados.

Algumas sugerem, por exemplo, que a pessoa com deficiência é alguém amargo, ranzinza ou mal humorado. Veja algumas frases publicadas pela imprensa:

*... a falta de visão não lhe tirou o humor,
muito pelo contrário*

O cantor perdeu a visão aos 3 anos e é conhecido em seu país pelo bom humor com o qual trata sua deficiência...

Deficiente visual há pouco mais de 10 anos, Gaburri impressiona os que o cercam por sua inteligência, alegria e senso de humor...

Outras frases igualmente preconceituosas:

Eles não podem mais andar, mas vão longe com sua força de vontade...

Aos 63 anos, Sobrinho parece frágil – não anda sozinho – está cego

DOWN NÃO É DOENÇA

Notícia publicada em um grande portal da Internet:

Executivos do Google são condenados por vídeo sobre vítima de down.

Síndrome de *down* não é doença, mas sim uma alteração genética. Portanto expressões como “vítima de *down*” ou “vítima da síndrome de *down*” são totalmente inadequadas.

Do mesmo modo, é igualmente equivocado dizer que uma pessoa “padece” ou “sofre” de *down*, ou que foi “acometida” pela síndrome.

O correto é dizer “pessoa com *down*” ou “pessoa com síndrome de *down*”. Assim, uma possível redação para a notícia

acima seria:

Executivos do Google são condenados por vídeo sobre pessoa com síndrome de down.

LIÇÃO DE VIDA E SUPERAÇÃO

“Lição de vida e de superação” são expressões que devem ser eliminadas de qualquer matéria ou reportagem sobre pessoas com deficiência.

Médico cego dá lição de vida aos pacientes em Ribeirão Preto (SP)

Notícia como essa pressupõe que uma pessoa com deficiência tinha tudo para dar errado, mas superou a lógica, como que por milagre.

A pessoa com deficiência deve ser valorizada em seus talentos e capacidades, não em suas dificuldades. Igual a qualquer outra pessoa, o seu sucesso e realização profissional advém da sua dedicação, esforço e aptidões, e não por acaso.

DUPLO PRECONCEITO

O trecho abaixo foi retirado de um *blog* hospedado no site de um grande grupo de comunicação:

*Deficiente precisa de emprego, oportunidade, respeito. Esses caras são gente como eu e você. Ou como eu e você, **saudáveis**, seremos em algumas décadas. Como disse aquele **quem não morre cedo acaba virando deficiente** - enxerga mal, anda mal, ouve mal etc. (grifo nosso).*

Temos aí, além da inadequação do termo “deficiente”, dois preconceitos: um contra as pessoas com deficiência e outro contra os idosos.

O autor utilizar o adjetivo “saudáveis” para fazer referência às pessoas jovens e sem deficiência. Ora, se essas são as pessoas saudáveis, quem são as “não saudáveis”? E o que dizer então de um idoso com deficiência?

Deficiência não é doença. Velhice também não. São inerentes à condição humana. O fato de nossos sentidos diminuírem com a idade não tem nada ver com sermos ou não saudáveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um completo bem-estar físico, mental, espiritual e social. Esse bem-estar independe de idade e deficiência.

Uma boa definição de saúde também é dada pelo psicanalista Nahman Armony. Saúde, para ele, é a possibilidade de a pessoa produzir e fruir a vida nas condições existentes para ela naquela ocasião.

MAIS EQUÍVOCOS

Veja outras notícias veiculadas pela imprensa brasileira com termos ou estruturas inadequados ou preconceituosos.

Destacamos as partes que apresentam problemas e, abaixo de cada período apresentamos sugestão de redação mais apropriada.

***Os ensaios também apresentam a história pessoal de
Hawking, condenado a viver entretido
numa cadeira de rodas***

*Os ensaios também apresentam a história pessoal de
Hawking, que é usuário de cadeira de rodas/
que usa cadeira de rodas.*

***Portadores de necessidades especiais aprendem
a tocar instrumentos musicais.***

*Pessoas com deficiência aprendem a tocar
instrumentos musicais.*

***Lizárraga, argentino radicado em São Paulo, sofreu
um derrame e ficou paralítico, podendo apenas falar.***

*Lizárraga, argentino radicado em São Paulo, teve um
AVC que comprometeu praticamente todas as suas funções
motoras, podendo apenas falar.*

Atleta olímpico cai em treino e fica paralítico.
Atleta olímpico cai em treino e fica paraplégico.

Ela não corre o risco de ficar paralítica.
Ela não corre o risco de ficar com paralisia.

***Município indenizará homem que ficou aleijado após
colidir com retroescavadeira.***
*Município indenizará homem que adquiriu deficiência física
após colidir com retroescavadeira.*

Tratamento de musicoterapia ajuda crianças a superar deficiências.

Tratamento de musicoterapia ajuda crianças a conviver com suas deficiências/ a desenvolver seu potencial por meio da musicoterapia.

MP irá garantir recursos para alunos excepcionais.
MP irá garantir recursos para alunos com deficiência

Alunos excepcionais vão ser misturados a alunos "comuns".
Escola inclusiva vai estimular/promover a convivência de alunos com e sem deficiência.

A agressora, que é deficiente mental, será encaminhada para o Hospital Psiquiátrico.
A agressora, que é pessoa com deficiência intelectual, será encaminhada para o Hospital Psiquiátrico.

De acordo com o censo, entre os pacientes sem necessidade de internação estão pessoas com retardo mental.

De acordo com o Censo, entre os pacientes sem necessidade de internação estão pessoas com deficiência intelectual.

Ludwig van Beethoven, o grande músico, tinha a probabilidade de nascer defeituoso...
Ludwig van Beethoven, o grande músico, tinha a probabilidade de nascer com deficiência...

***Anita Malfatti nasceu com um defeito congênito que
lhe limitava os movimentos do braço e da mão direita***
*Anita Malfatti nasceu com uma deficiência física
congenita que lhe limitava os movimentos do braço
e da mão direita.*

O QUE É NOTÍCIA

Em uma entrevista ou reportagem sobre pessoas com deficiência, deve-se evitar dar enfoque exagerado às limitações do entrevistado ou personagem. O mais adequado é ressaltar suas capacidades, êxitos, qualidades e conquistas; não a deficiência em si.

Nem heróis e nem vítimas. O outro extremo também é inadequado, como mencionamos: superestimar a pessoa com deficiência.

Do mesmo modo, evitar destaque ou comentários desnecessários sobre órteses ou próteses, como bengalas, cadeira de rodas, cães-guia, muletas e outros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em entrevista ou reportagem, as pessoas com deficiência devem ser tratadas como quaisquer membros da sociedade. Nada de cenário específico ou abordagem diferenciada só por que o entrevistado é alguém com deficiência.

É totalmente inadequado, por exemplo, noticiar projeto de melhoria na educação e mencionar que o autor da proposta é um professor cego ou com deficiência física. Só faça menção ao fato se for realmente pertinente.

Ou, se for o caso, para destacar sua contribuição, mostrando sua capacidade e como sua condição não o impediu, ou mesmo estimulou, a desenvolver o projeto.

Do mesmo modo, ao falar de que um parlamentar obteve expressiva votação, é totalmente desnecessário ressaltar que se trata de uma pessoa com deficiência. Relacionar a deficiência com o fato é desmerecer intelectualmente o autor do feito.

CURRÍCULO

Muitas vezes, ao discorrer sobre o currículo do entrevistado, entre suas qualificações se encontram referências a sua deficiência:

Josué, químico, professor universitário, cego, usuário de cão-guia, pai de uma criança com síndrome de down, já escreveu vários artigos científicos e proferiu várias palestras sobre o tema.

É um equívoco, pois sua deficiência e as ajudas técnicas de que dispõe para superar as barreiras à sua inclusão não integram o seu currículo profissional.

São características suas, pessoais, que podem até ser mencionadas na matéria, como exemplo de que a pessoa com deficiência pode ter uma vida digna e produtiva, como qualquer outra pessoa. Mas não é adequado que a deficiência se sobreponha ao que de fato se quer divulgar com a matéria, aos seus feitos como pessoa e o que pensa.

Numa matéria jornalística, as pessoas com deficiência devem, sempre que possível, ser retratadas em suas atividades

diárias, como os demais cidadãos: trabalhando, estudando, cuidando dos filhos, fazendo compras, namorando etc.

IDEIA FALSA

Muita gente ainda acredita que a pessoa com deficiência tem que desenvolver compensações para superar sua limitação. Isso é uma ideia falsa.

A pessoa com deficiência possui defeitos e virtudes, como qualquer outra. E isso independe da deficiência, que não retira nem acrescenta atributos à personalidade de ninguém.

COMO TRATAR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A maioria das pessoas ainda tem certas dificuldades ao tratar com uma pessoa com deficiência. Não saber como se comportar ou o que dizer, pode representar alguns desconfortos. No entanto, eles desaparecem com a convivência e comportamentos positivos.

A primeira coisa a fazer é não negar a deficiência. Aquela pessoa tem algumas diferenças que você deverá levar em consideração. Por exemplo: cumprimento usual aqui no Brasil é o aperto de mão. No entanto, algumas pessoas com deficiência estão impossibilitadas ou limitadas de cumprir esse gesto. Em casos como esse, o ideal é indagar a própria pessoa como você poderia cumprimentá-la. Perguntar desmistifica e “quebra o gelo”.

SEM CONSTRANGIMENTOS

Ao entrevistar uma pessoa com deficiência, não tenha receio de parecer insensível ao utilizar algumas expressões que

podem parecer constrangedoras, como, por exemplo, perguntar a uma pessoa com deficiência visual e se ela “viu” isto ou aquilo.

O mesmo vale para termos como “correria”, “corre-corre”, e ditados como “dar um passo maior do que a perna”, “correr o mundo” etc, ao se falar com um cadeirante. São expressões normais e aceitáveis, cujos significados não devem ser tomados ao pé da letra.

EXCESSO DE BENEVOLÊNCIA

As pessoas com deficiência não devem ser tratadas como coitadinhas. Ao entrevistá-las, trate-as com a mesma imparcialidade que você trataria qualquer outro cidadão. Excesso de benevolência não é bem-vindo.

Do mesmo modo que não se deve exacerbar as limitações de uma pessoa também não é necessário supervalorizar suas qualidades, só por se tratar de alguém com deficiência.

POSSO AJUDAR?

Se por algum motivo, durante a entrevista, for preciso oferecer ajuda a uma pessoa com deficiência para a realização de alguma atividade – como guiar a cadeira de rodas – pergunte e espere ela dizer se aceita.

Se necessário, peça-lhe instruções sobre como a ajuda deverá ser melhor efetivada. Em geral, a cadeira e demais equipamentos são como que uma extensão do corpo da pessoa com deficiência, não devendo ser tocados sem que se peça licença.

Dessa forma, evite, também, se apoiar sobre a cadeira e

demais equipamentos. Pode parecer invasivo.

Outra coisa: não se ofenda se a ajuda for recusada.

Se por algum motivo a pessoa com deficiência escorregar, cair, precisar se acomodar melhor, ofereça ajuda imediatamente. Mas, atenção: pergunte antes qual a melhor maneira de ajudá-la.

PERGUNTE DIRETAMENTE

Sempre que possível, evite intermediários. Se o seu entrevistado é uma pessoa com deficiência auditiva, faça a pergunta diretamente a ela, olhando para ela, e não ao intérprete ou acompanhante.

Nesses casos, procure ficar de frente para o entrevistado. Muitas pessoas com deficiência auditiva são usuárias da Língua Portuguesa e capazes de fazer leitura labial, bem como responder a pergunta falando diretamente com o entrevistador, até porque muitas ficaram com deficiência auditiva já com idade mais avançada.

Mantenha contato visual, fale normalmente e pronuncie as palavras de maneira clara, mas sem exageros.

Se você souber a Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode utilizá-la. Se o entrevistado não entender, ele o avisará.

Saiba que a estrutura da Libras é completamente diferente da Língua Portuguesa, sendo um equívoco imaginar que as pessoas com deficiência auditiva são exímias leitoras do português e que tudo estará resolvido com papel e caneta, embora escrever palavras chaves em algumas ocasiões ajude.

FALE NATURALMENTE

Algumas pessoas tendem a elevar a voz ao falar com uma pessoa cega. Ao entrevistar uma pessoa com deficiência visual, fale naturalmente, a menos que ela também tenha alguma limitação auditiva que justifique um tom de voz mais alto.

Cuidado também com os gestos. Evite, por exemplo, assentir ou negar com a cabeça sem pronunciar nenhum som.

Ao chegar, identifique-se falando seu nome; ao sair, despeça-se e avise que está indo embora.

CÃO-GUIA

Muitas pessoas com deficiência visual se utilizam de cães como guias. Ao entrevistar alguém assim, fique calmo: os cães-guias são extremamente dóceis e treinados para o convívio humano.

No entanto, é recomendável não acariciá-los ou nem tentar nenhum tipo de contato, como estalar os dedos ou assoviar. Tampouco lhes ofereça alimentos ou objetos como brinquedos.

Quando acompanhando as pessoas com deficiência, os cães estão trabalhando e não devem ser importunados.

SENTE-SE

Conversar por muito tempo com alguém que está em pé pode ser muito desconfortável para alguém com deficiência. Ao entrevistar um cadeirante, por exemplo, procure sentar e ficar no mesmo nível visual do entrevistado. Tome cuidado, no entanto, para não se apoiar na cadeira de rodas, o que traz

bastante incômodo para seu usuário, como já mencionado.

MULETAS E BENGALAS

Procure deixar muletas e bengalas próximas a seus proprietários. Em uma entrevista em estúdio, por exemplo, poderá ser necessário deixar esses objetos longe das câmeras. Mas lembre-se de restituí-las assim que possível. Peça licença para colocá-las em outro lugar.

Órteses e próteses para as pessoas com deficiência significam sua autonomia.

DIFICULDADE NA VOZ

Ao entrevistar alguém com dificuldades na fala, não tenha receio de pedir que repita algo que você não compreendeu.

ENTREVISTADO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Se o seu entrevistado é alguém com deficiência intelectual, trate-o naturalmente, como você faria com qualquer outra pessoa da idade dele. Não o subestime. Faça as perguntas necessárias de forma clara e compreensível, como você faria em qualquer situação.

Use frases curtas e com sentido concreto; evite a “falação”.

ESTATÍSTICAS

O que diz a ONU:

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo em tempos de paz, a estimativa é de que aproximadamente 10% da população mundial vive com alguma deficiência.

São cerca de 650 milhões de pessoas das quais 80% vive em países em desenvolvimento.

20% das pessoas mais pobres do mundo têm algum tipo de deficiência.

Mulheres e meninas com deficiência são as mais vulneráveis a abusos e violência e as que tem menos acesso aos serviços de segurança pública e justiça.

Nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

O que diz a Unicef:

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em seu Relatório sobre a Situação Mundial da Infância: Crianças com Deficiência, estima que 93 milhões de crianças (ou 1 em cada 20 crianças com até 14 anos incompletos) vivem com alguma deficiência moderada ou grave.

O que diz o IBGE (Censo 2010):

Quase ¼ da população brasileira, cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência, ou algum tipo de impedimento, no Brasil.

O levantamento diz que são exatamente 45.623.910 pessoas, ou seja, 23,9% da população brasileira.

18,8% dessas pessoas, ou seja, cerca de 35,7 milhões, tem deficiência visual (que pode ser cegueira ou dificuldades para enxergar, mesmo com lentes corretivas)

7%, ou seja, cerca de 13,2 milhões, tem alguma deficiência física ou motora.

5,1%, ou seja, cerca de 9,7 milhões, tem alguma deficiência auditiva (surdez, ainda que parcial).

2,6 milhões tem alguma deficiência intelectual.

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de pessoas com deficiência (cerca de 26,6% da população). A região Sul e Centro-Oeste apresentam os menores percentuais (cerca de 22,5% da população).

Em Alagoas, 27,5% da população tem alguma deficiência.

O IBGE diz que no Brasil 26,5% da população feminina possui algum tipo de deficiência, enquanto que apenas 21,2% da população masculina se encontra nesta condição.

DATAS SIGNIFICATIVAS_____

24 de janeiro
Dia Mundial do Hanseniano

21 de março
Dia Internacional da Síndrome de *Down*

2 de abril
Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo

26 de maio
Dia Nacional do Combate ao Glaucoma

18 de junho
Dia Nacional do Orgulho Autista

19 de junho
Dia Mundial da Doença Falciforme

1º de julho
Aniversário do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

10 de julho
Dia Mundial da Saúde Ocular

24 de julho
Aniversário da Lei de Cotas

21 a 27 de agosto
Semana da Pessoa com Deficiência nos Estados

21 de setembro
Dia Nacional de luta das Pessoas com Deficiência

26 de setembro
Dia Nacional do Surdo

11 de outubro
Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física

10 de novembro
Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez

16 de novembro
Dia Nacional dos Ostomizados

3 de dezembro
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

5 de dezembro
Dia da Acessibilidade

10 de dezembro
Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos

13 de dezembro
Dia Nacional do Cego

REFERÊNCIAS Bibliográficas_____

BERSCH, Rita. **Introdução À Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre. Cedi. 2008.

<http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Berssch.pdf>

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. Instituto Mara Gabrilli. São Paulo, 2008.

Gil, Marta (Coord). **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. Disponível em http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.pdf. Acesso em 14.012.2013.

RESENDE. Ana Paula Crosara; VITAL. Flávia Maria de Paiva (coordenadoras). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), 2008. Disponível em <http://www.4shared.com/office/txhRbfuD/convencao-direitos-humanos-pes.html>. Acesso em 14.12.2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. São Paulo, Revista Nacional de Reabilitação, ano V, n.º 24, janeiro/fevereiro.2002, p. 6-9.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação Mundial da Infância – Crianças com Deficiência**. 2013. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/PT_SOWC2013.pdf. Acesso em 14.12.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do Censo de 2010. Características Gerais (deficiência)**. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 11.11.2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>. Acesso em 13.11.2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) E BANCO MUNDIAL. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. Versão resumida traduzida pela Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/Relatorio_Mundial_SUMARIO_PDF2012.pdf. Acesso em 14.12.2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa BPC na Escola**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-na-escola>. Acesso em 14.012.2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa BPC Trabalho**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-trabalho>. Acesso em 14.012.2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS (SENAI/AL). **Guia Alagoas Inclusiva: orientações para empregadores e profissionais de recursos humanos**. Maceió, 2008. Disponível em http://www.4shared.com/document/1x3PegzC/Guia_Alagoas_Inclusiva.html. Acesso em 15.12.2013.

UNIETHOS. Incorporando os conceitos de marketing social e responsabilidade social na atuação empresarial – um estudo de caso – Danielle Levy. Disponível em http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/pdf/pev42063.pdf Acesso em: 29.03.2011

Manual da Mídia Legal. Disponível em <http://ypinaction.org/files/01/99/ManualdaMidiaLegal5.pdf>. Acesso em 11.11.2013.

O que é Tecnologia Assistiva? Disponível em <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em 11.11.2013.

Quem fala quer ser entendido. Disponível em <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/12454/fala-quer-entendido/>. Acesso em 11.11.2013

Gabinete da Deputada Federal Rosinha da Adefal

Esplanada dos Ministérios, Anexo IV, 2º andar,

Gab. 230

CEP 70160-900 - Brasília/DF

(61) 3215-5230/ Fax: (61) 3215-2230



www.rosinhadaadefal.com.br



dep.rosinhadaadefal@camara.leg.br



Deputada Rosinha da Adefal



[@rosinhadaadefal](https://twitter.com/rosinhadaadefal)

Roseane Cavalcante de Freitas, a Rosinha da Adefal, teve paralisia infantil aos dois anos de idade. Na adolescência, ingressou na Associação de Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal), onde foi atleta de natação e ocupou vários cargos de direção até alcançar a presidência em 2007. Formou-se em Direito e foi aprovada em concurso público pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

Eleita vereadora por Maceió/AL em 2008, desenvolveu atividades importantes como Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos, membro da Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Direitos da Mulher e Comissão de Ética Parlamentar.

Eleita Deputada Federal por Alagoas em 2010, Rosinha atua na Câmara Federal como Presidenta da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (FrentePcD); Procuradora Adjunta da Procuradoria Especial da Mulher; integra a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e a Comissão de Turismo e Desporto (CTD).

Atualmente é coordenadora da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), e vice-presidente da Confederação Brasileira de Basquete em cadeira de Rodas (CBBC).

